

## **A viabilidade da educação profissional integrada ao ensino médio como instrumento de efetividade da gestão pública voltada ao CASE-SM/RS<sup>1</sup>**

*Professional education integrated into secondary education as an instrument for the effectiveness of public management focused on CASE-SM/RS*

*La viabilidad de la educación profesional integrada a la educación media como instrumento de efectividad de la gestión pública dirigida al CASE-SM/RS*

Valesca Azevedo Trindade<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0001-7483-9106>

Daniel Arruda Coronel<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0003-0264-6502>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul – Brasil. E-mail: valesca.prof@gmail.com.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul – Brasil. E-mail: daniel.coronel@uol.com.br.

### **Resumo**

Este artigo apresenta a viabilidade da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio como instrumento de efetividade da gestão pública voltada aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa junto ao Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE-SM/RS). Especificamente, visou-se analisar o Projeto Político Pedagógico da escola vinculado ao CASE-SM/RS e às políticas existentes nos marcos legais; demonstrar o atual modelo de educação oferecida aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa junto ao CASE-SM/RS; e identificar as redes de apoio com vistas à implantação de uma parceria com as instituições de ensino público. O estudo desenvolveu-se como uma pesquisa qualitativa. Quanto à natureza, esta pesquisa se classifica como uma pesquisa aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigida à solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais. Obteve-se os dados garimpados através de levantamento bibliográfico e documental e desenvolvimento de questionário. Por fim, entende-se, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas (SINASE) e do

---

<sup>1</sup>Artigo oriundo da Dissertação de Mestrado, em Gestão de Organizações Públicas, da primeira autora orientada pelo segundo autor.



questionário da pesquisa, que os adolescentes/alunos que cumprem medida socioeducativa estão submetidos a outros apelos, que têm outros valores, diferentes dos adultos. Esses valores exigem muito mais do professor, da escola e da sociedade. A educação, assim como a docência socioeducativa junto à Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE/CASE), deve ser entendida e assumida como uma prática reflexiva e complexa, que busca fomentar o Ensino Médio Integrado Socioeducativo para adolescentes privados de liberdade.

**Palavras-chave:** CASE/SM. Ensino Profissionalizante. Gestão pública. Socioeducação.

### **Abstract**

*This article presents the feasibility of Professional Education Integrated into High School as an instrument for the effectiveness of public management to adolescents who comply with socio-educational measures at the Socio-Educational Service Center (CASE-SM/RS). Specifically, we analyzed the Pedagogical Political Project of the school linked to CASE-SM/RS and the existing policies in the legal frameworks; demonstrated the current model of education offered to adolescents who comply socio-educational measures at CASE-SM/RS; and identified support networks with a view to implement a partnership with public education institutions. The study was developed as a qualitative research. As for its nature, this research is classified as applied research, as it generated knowledge for practical application aiming to solve specific problems, involving local truths and interests. The data collected was obtained through bibliographic and documentary research and the development of a questionnaire. Finally, it is understood, based on the Child and Adolescent Statute (ECA) and the National System of Socio-educational Measures (SINASE) and the research questionnaire, that adolescents/students who comply socio-educational measures are subjected to other appeals, which have other values, different from those of adults. These values demand much more from the teacher, the school and society. Education, as well as socio-educational teaching with the Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE/CASE), must be understood and assumed as a reflective and complex practice, which promote Integrated Socio-educational Secondary Education for teenagers deprived of liberty.*

**Keywords:** CASE/SM. Vocational Education. Public Management. Socioeducation.

### **Resumen**

*Este artículo presenta la viabilidad de la Educación Profesional Integrada a la Educación Media como instrumento de efectividad de la gestión pública dirigida a los adolescentes que cumplen medida socioeducativa en el Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE-SM/RS). Específicamente, el objetivo es analizar el Proyecto Político Pedagógico de la escuela vinculada al CASE-SM/RS y las políticas existentes en los marcos legales; demostrar el actual modelo de educación ofrecida a los adolescentes que cumplen medida socioeducativa en el CASE-SM/RS; e identificar las redes de apoyo con el objetivo de la implantación de una sociedad con las instituciones de enseñanza pública. El estudio se desarrolló como una investigación cualitativa. Cuanto a la naturaleza, la presente investigación se clasifica como una investigación aplicada, pues su objetivo es generar conocimientos para la aplicación práctica dirigida a la solución de problemas específicos, envolviendo verdades e intereses del lugar. Se obtuvo datos buscados a través de levantamiento bibliográfico y documental y desarrollo de cuestionario. Por fin, se entiende, a partir del Estatuto del Niño y del Adolescente (ECA) y el Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas (SINASE) y del cuestionario de la investigación, que los adolescentes/alumnos que cumplen medida socioeducativa están*

*sometidos a otros valores, diferentes de los adultos. Esos valores exigen mucho más del (de la) profesor(a), de la escuela y de la sociedad. La educación, así como la docencia socioeducativa junto a la Fundación de Atendimento Socioeducativo (FASE/CASE), debe ser entendida y asumida como una práctica reflexiva y compleja, que busca fomentar la Educación Media Integrada Socioeducativa para adolescentes privados de libertad.*

**Palabras-clave:** CASE/SM. Enseñanza Profesional. Gestión pública. Socioeducación.

## 1 Introdução

O Brasil está apresentando um grave problema de interesse público e social. Segundo o Atlas da Violência (Cerqueira, 2017), 35.783 jovens foram assassinados no país em 2017 (taxa de 69,9 para cada 100 mil jovens). Nesse contexto, é possível falar de uma geração de jovens perdidos, com impactos permanentes e graves na demografia da própria população brasileira (Santos, 2019).

Segundo Zappe e Ramos (2010), os adolescentes que cumprem medida socioeducativa no Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) em Santa Maria/RS se caracterizam por estarem afastados há muito tempo dos bancos escolares, ou seja, sem o hábito e gosto por estudar. São jovens que, muitas vezes, não têm aspirações profissionais e quase sempre foram discriminados pela sociedade, necessitando, portanto, de educação diferenciada, que promova direcionamento ocupacional, bem como assegure reinserção e permanência na sociedade.

A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, atualizada em 2017, institui a política de proteção integral à criança e ao adolescente e trata da execução de medidas socioeducativas. A lei também prevê, nos planos de atendimento, a implantação de ações de promoção à saúde, “estimulando a autonomia, a melhoria das relações interpessoais e o fortalecimento de redes de apoio aos adolescentes e suas famílias” (Brasil, 1990, p. 166).

À luz da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no Capítulo III, Seção I, que versa sobre a Educação, merece destaque o art. 205, que garante o direito à educação para todos, ressaltando que este é um direito de todos e dever do Estado e da família. Nesse sentido, este artigo busca proporcionar o pleno desenvolvimento da pessoa, bem como seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Os artigos 206 e 208 da Constituição Federal (Brasil, 1988) dão continuidade ao tratar da igualdade de condições para acesso e permanência na escola, e sobre a obrigatoriedade e gratuidade como direitos públicos e inquestionáveis.

Por sua vez, a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), compreende um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve a apuração do ato infracional e a execução das medidas socioeducativas.

Diante do exposto, o Ensino Médio Integrado à Educação Básica, sendo proporcionado aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa junto a Centros de Atendimento Socioeducativo, é uma oportunidade de reinserção e permanência na sociedade, através de uma política pública de ensino, pois permite a rápida inserção no mercado de trabalho e o ingresso às academias de ensino, além de concretizar o direito à educação transformadora e de qualidade, tal como os marcos legais prescrevem.

Nesse contexto, esta pesquisa desenvolveu-se à luz de reflexões sobre políticas públicas – trabalho e educação – como forma de garantia de direito constitucional universal. Toma-se como premissa que esses princípios devem ser respeitados e garantidos pelo Estado e por seus representantes, independente do governo que esteja no poder, tendo em vista a redução de assassinatos de jovens no Brasil.

Ainda nessa perspectiva, este estudo teve como problema de pesquisa a seguinte questão: quais são os procedimentos necessários para a viabilidade da integração do Ensino Profissionalizante ao Ensino Médio como instrumento de efetividade da gestão pública, voltada aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa junto ao Centro de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria/RS?

Este trabalho possui relevância social, na medida em que visa apresentar a viabilidade da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio como instrumento de efetividade da gestão pública voltada aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa junto ao Centro de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria/RS, objetivando garantir o acesso ao Ensino Médio profissional aos adolescentes excluídos do convívio social. Da mesma forma, busca atender às necessidades dos adolescentes em conflito com a lei, apontando para sua inserção e permanência na sociedade, com possibilidades de pleno exercício da cidadania.

O trabalho está estruturado em outras quatro seções, além desta introdução. Na segunda, apresenta-se o referencial teórico; na sequência, a metodologia; na seção quatro, apresenta-se a análise e discussão dos resultados; por fim, apresenta-se as considerações finais.

## 2 Referencial Teórico

### 2.1 Gestão pública: novo serviço público na gestão da escola

Os modos de gestão adotados pelas organizações públicas são determinados pela legislação específica que lhes compete, a partir da qual se estabelecem diferentes adjacências. Essas adjacências compreendem um amplo acabamento, que finda para a atitude pessoal de exercer a gestão, até mesmo aquela em que há o restrito cumprimento da forma da lei (Moretto Neto, Salm e Burigo, 2014, p.172).

Para tanto, o novo serviço público aparece e caracteriza-se pela rede que coproduz os serviços públicos, seguindo a normativa das premissas que o constituem. Para que a gestão cumpra a legislação sem adotar abordagens pessoais, Moretto Neto, Salm e Burigo (2014) destacam os princípios que a gestão deve dominar para atender aos interesses públicos e consequentemente da sociedade, os quais são:

servir ao cidadão, não a consumidores ou clientes; buscar sempre o interesse público; valorizar sempre a cidadania sobre o empreendedorismo; pensar estrategicamente, mas agir democraticamente; servir, ao invés de dirigir a sociedade e valorizar as pessoas, não apenas a produtividade (Moretto Neto, Salm e Burigo, 2014, p. 168).

Assim, através dessas premissas, entende-se que o Novo Serviço Público é impessoal, pensa de maneira racional e coletiva, sempre pela ética da responsabilidade e da convicção, tendo em vista atender a sociedade com base na legislação.

O Novo Serviço Público pensa em dialogar e em fazer arranjos que se articulam para prover serviços públicos e apoiar populações em risco, pessoas que precisam de algum serviço especial, projetos de educação, entre outros. Na gestão pública do Novo Serviço Público, o poder tem como maior enfoque o “normativo” seguido da remuneração. O envolvimento das pessoas é meticoloso, com destaque para o envolvimento moral.

Nesse modelo de gestão pública, a transparência, a comunicação, a compreensão, o desenvolvimento da autonomia, a busca em atender os sinais sociais de forma rápida e efetiva são essenciais para o Novo Serviço Público na escola, mesmo sabendo que o seu desenvolvimento é complexo.

Para acontecer de fato o Novo Serviço Público nas escolas junto aos CASEs, o Estado deve ser o responsável pela administração pública, pelos serviços públicos prestados pela rede que serve ao cidadão. Bem como, “sob a forma de coprodução” e das redes, fundamentar-se sobretudo nas características da “democracia, no interesse público e no ato de servir ao cidadão” (Moretto Neto, Salm e Burigo, 2014, p. 169).

Diante do exposto, a mudança proposta pela abordagem do Novo Serviço Público agencia a transformação das organizações públicas, no sentido de se buscar uma lógica baseada na “racionalidade substantiva”. Segundo Fernandes (2016, p. 5), é “preciso que a gestão pública se volte para valores capazes de proporcionar maior solidariedade e comprometimento entre as pessoas no seu ambiente de trabalho”. O resgate da condição humana é o principal objetivo e foco das organizações substantivas. Com isso, as atividades nesses ambientes são marcadas por valores como autenticidade, respeito à individualidade, solidariedade e afetividade.

Assim, a Gestão Escolar possui como condição básica e fundamental a qualidade do ensino e da transformação da própria identidade das escolas e dos sistemas de ensino e da educação brasileira. Com visão estratégica orientada por ideias avançadas e inspiradoras, estimuladoras e mobilizadoras para os educadores, mas também para a sociedade como um todo (Lück, 2015, p. 27).

Segundo Lück (2015), os processos de Gestão implicam em ação ampla e contínua que envolve diversos cumprimentos de relação técnica e de políticas com articulação entre si para realmente serem concretizadas.

Com isso, entende-se que a complexidade do processo pedagógico e as dificuldades de verificação das consequências da educação na vida do aluno, combinadas com os interesses da necessidade da sociedade escolar junto aos CASEs., não devem relevar de forma exclusiva a experiência de se pesquisar, trabalhar e cobrar padrões de qualidade.

Com vista a atender a gestão escolar voltada ao novo serviço público, que prioriza o diálogo, a democracia e a qualidade, destaca-se a importância das entidades públicas, e as articulações entre as instâncias municipal, estadual e federal, objetivando alcançar as políticas de ensino voltadas aos adolescentes privados de liberdade.

## **2.2 O Proeja e a necessária articulação entre a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e os sistemas estaduais**

Em 2006, o Proeja surgiu para enfrentar as descontinuidades e o voluntarismo que marcam a modalidade EJA no Brasil, bem como no Ensino Médio, para integrar à educação básica uma formação profissional que contribua para a integração socioeconômica de qualidade desses coletivos (Moura, 2006, p. 61).

No contexto de pesquisa de 2006, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tinha um papel de extrema importância. Segundo Moura (2006), algumas características dessas instituições potencializavam a função que podem assumir nesse processo, por estarem presentes em quase todos os estados da federação e na sua experiência no Ensino Médio e na Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Anjos (2021) cita o Instituto Federal Baiano – Campus Santa Inês como exemplo de escola que seria encorajadora de seus alunos, voltada a desenvolver uma educação básica e tecnológica de qualidade, onde se desenvolvam alunos que sonham com uma sociedade justa e igualitária. No referido instituto, há o estabelecimento de redes de atendimento, em que são atendidos cerca de 200 alunos em vulnerabilidade social (Anjos, 2021, p. 28).

Ainda conforme o autor, existe o Núcleo de Apoio Psicossocial e Pedagógico com o objetivo de promover a permanência e sucesso dos alunos do instituto, buscando identificar os obstáculos e impedir a evasão escolar. O processo de acompanhamento, no IF Baiano – Campus Santa Inês, se dá de forma articulada e planejada, através de várias práticas, como na realização de rodas de conversa, em atendimentos individuais, oriundos a partir de necessidades espontâneas ou sugeridas, assim como através dos acompanhamentos mensal da frequência e desempenho acadêmico, por exemplo (Anjos, 2021, p. 28).

Dentro dessa perspectiva, Anjos (2021), pondera a educação profissional desenvolvida no Brasil e em Portugal, através do método contrastivo, abarcando as realidades que os dois países possuem, observando que, na educação profissional, há estudantes marcados por desigualdades sociais. Nesse sentido, o Brasil atingiu avanços com a implantação da Rede IF.

Moura (2006) destaca ainda que a rede integrada deveria ser mais no plano estratégico e de ações que viabilizassem tais ofertas nos sistemas estaduais do que na sua capacidade quantitativa de oferecer vagas. Para isso, deveria ter a visão de um plano mais estratégico e estruturante, com a cooperação, a colaboração e a interação com os sistemas estaduais.

Para tanto, as organizações e os sistemas, para construírem e implementarem em seus currículos, precisam e devem partir de suas próprias realidades, potencializadas pelas experiências da Rede Federal.

A pesquisa de Santos, Silva e Noro (2019) apresenta a importância de refletir sobre o êxito de programas como o Proeja em função da demanda expressiva de pessoas jovens e adultas por elevação de escolaridade, em cumprimento da meta 10 do Plano Nacional da Educação (Santos, Silva e Noro, 2019, p. 69).

Por sua vez, pensando nos estudantes da EJA como corporaturas de desordem na ordem escolar e promovedores de outras experiências educativas que andam na contramão da evasão e do fracasso escolar, estudos recentes no campo da educação afirmam que há altos índices de evasão e abandono, constantes nesta modalidade de ensino (Santos, Silva e Noro, 2019, p. 71).

Diante do exposto, conforme Araújo e Silva (2017), pensa-se a educação como cooperativa para a edificação de uma sociedade onde as injustiças sociais e humanas sejam encaradas da melhor forma. Visualiza-se ainda, no Ensino Médio Integrado, uma dessas únicas formas de intervir na formação da sociedade que está em constante mudança, devido à sua função acolhedora de uma geração que, em pouco tempo, poderá ser responsável por decisões importantes em espaços igualmente importantes e decisórios, capazes de nortear mudanças sociais.

Considera-se o Ensino Médio Integrado um modelo que se apresenta como uma proposta de enfrentamento aos problemas históricos que feriram profundamente a estrutura da sociedade brasileira, como a desigualdade econômica, as injustiças sociais e a intolerância de classe e cultural. Para Araújo e Silva (2017) o enfrentamento desses desafios tem início na escola, porém não se limita a esse *locus*, porque a formação integral, considera a dimensão social e humana da realidade e não desvincula o “saber fazer” do “saber pensar”; ou seja, fortalece a necessidade de uma educação “no” mundo e não apenas “para” o mundo. Pode-se, portanto, considerar uma formação que toma a pessoa humana como fim em si mesma, e não como meio para qualquer outro fim espúrio e ou ilegal, sem humanidade.

Diante das colocações do Araújo e Silva (2017), reflete-se o quanto esse modelo de Ensino Médio Integrado voltado aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, privados de liberdade, oriundos de uma estrutura familiar muitas vezes desestruturada, excluídos e marginalizados da sociedade e infiltrados no seio da criminalização, pode ser uma forma de “recuperação”, de apresentação de um novo caminho para quem nem acredita que

seria possível um novo caminho, ou melhor, um instrumento de efetivação da gestão pública, via educação, possibilitando a reinserção de adolescentes na sociedade.

Para Ramos (2008), o entendimento de Ensino Médio Integrado mostra-se como uma concepção que abarca três sentidos, que são: o sentido da unilateralidade, em que há a formação com base na união de todas as dimensões da vida em seu processo formativo; o sentido da integração, que considera a indissociabilidade entre Educação Básica e Educação Profissional; e, por último, a integração entre os conhecimentos gerais e específicos, em sua totalidade.

Destarte, o conceito de integração contido na proposta do Ensino Médio Integrado, está em muitos artigos e livros que discorrem sobre o tema. Segundo Araújo e Silva (2017), esse conceito extrapola a dimensão pedagógica e atinge a dimensão política da constituição humana.

### 3 Metodologia

O estudo desenvolveu-se como uma pesquisa qualitativa. Inicialmente, realizou-se um levantamento bibliográfico sobre temas que serviram de alicerce ao estudo, como, por exemplo, o Proeja, as políticas públicas, o Ensino Médio Integrado, entre outros. Essa abordagem foi escolhida, pois atendeu a questões muito particulares, as quais a abordagem quantitativa não permite avaliar, pois não é mensurável e não responde a esse critério.

Esta pesquisa se classifica, quanto à natureza, como uma pesquisa aplicada, pois objetiva, segundo Pradanov e Freitas (2013), gerar conhecimentos para aplicação prática dirigida à solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais. Obteve-se os dados garimpados através de levantamento bibliográfico e documental e desenvolvimento de questionário. A coleta de dados foi realizada através de questionário.

Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória, com questionário misto (apresenta questões de diferentes tipos: resposta aberta e resposta fechada). São perguntas abertas aquelas que permitem respostas ilimitadas do informante, ou seja, o questionado possui liberdade para responder, podendo utilizar linguagem própria. A vantagem desse tipo de questionário é a não influência do pesquisador nas respostas pré-estabelecidas, pois o informante escreverá aquilo que vier à mente. Já as perguntas fechadas possuem alternativas específicas, e o questionado opta por uma delas. As questões fechadas possuem uma limitação nas opções de respostas,

restringindo, assim, as possibilidades de manifestação do questionado (Chaer, Diniz e Ribeiro, 2011, p. 262).

Segundo Parasuraman, Berry e Zeithaml (1991), o questionário é entendido como um conjunto de questões, feito para gerar os dados necessários para se atingir os objetivos do projeto. Por sua vez, Gil (1999, p. 128) define questionário como uma “técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

O instrumento investigativo foi composto por questões dicotômicas e de múltipla escolha, que foram elaboradas com base na análise dos documentos do ECA, Proeja e Sinase. Destaca-se que, em questões de múltipla escolha, os participantes optam por uma das alternativas, ou por determinado número permitido de opções (Chagas, 2000, p. 8).

Conforme Mattar (1994), as vantagens do uso de questões de múltipla escolha são as facilidades de aplicação, o processamento e análise, a rapidez para responder e poucas possibilidades de erro. As questões dicotômicas apresentam duas opções de resposta, de caráter bipolar, do tipo sim/não (Chagas, 2000, p. 9). Mattar (1994) observa que as vantagens das questões dicotômicas consistem na rapidez e facilidade de aplicação, processamento e análise, menor risco de parcialidade do entrevistador e pouca possibilidade de erro, uma vez que as perguntas são altamente objetivas.

Quanto aos aspectos éticos, pode-se inferir que esta pesquisa foi registrada no Gabinete de Projeto de Ciências Sociais e Humanos - CCSH, sob o nº 057467, bem como no Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da UFSM, conforme a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), sob número CAAE: 56889322.2.0000.5346, Parecer nº 5.348.060.

Após a obtenção dos dados obtidos por meio de levantamento bibliográfico e documental e pela aplicação dos questionários, passou-se à análise destes através de um ciclo de cinco fases, a saber: (1) compilação, (2) decomposição, (3) recomposição, (4) interpretação e (5) considerações (Yin, 2016, p. 158).

A análise iniciou-se pela compilação e tabulação dos dados levantados por meio dos questionários, obtendo-se, assim, uma classificação dos dados obtidos. Segundo Yin (2016, p. 159), a primeira fase consiste em colocar os dados em alguma ordem: “a compilação obtida pode ser considerada uma base de dados”.

De maneira geral, a análise dos dados desta pesquisa foi desenvolvida com base em cinco fases, expostas conforme o quadro a seguir.

**Quadro 1 – Fases do Estudo.**

<b>Fases</b>	<b>Técnicas</b>	<b>Finalidade</b>	<b>Objetivo geral</b>	<b>Objetivos específicos</b>
<b>Levantamento bibliográfico</b>	Análise bibliográfica e documental: a) Lei do Sinase e dos Planos de Metas Compromisso Todos pela Educação e Plano de Ações Articuladas; b) Lei do ECA; c) PPP da Escola Humberto de Campos.	- Identificar, na legislação, como se desenvolve a educação para adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.  - Saber a percepção dos responsáveis das instituições de atendimento socioeducativo sobre o Sinase, Proeja, ECA e a Educação Profissional Integrada para os adolescentes.  - Saber o interesse dos adolescentes em receber uma educação profissional integrada.	Apresentar a viabilidade da educação profissional integrada ao Ensino Médio como instrumento de efetividade da gestão pública voltada aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa junto ao Centro de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria/RS.	- Analisar o PPP da escola vinculada ao Centro de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria/RS e as políticas existentes nos marcos legais;  - Demonstrar o atual modelo de educação oferecido aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa junto ao Centro de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria/RS;
<b>Aplicação dos questionários</b>	Questões de múltipla escolha e dicotômicas com os gestores responsáveis pela educação dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa e com alunos que cumprem medidas socioeducativa em Santa Maria/RS.			- Identificar as redes de apoio com vistas à implantação de uma parceria com as instituições de ensino público.
<b>Análise final e proposta</b>	Análise qualitativa, a partir do atual modelo de educação oferecido aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa junto ao Centro de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria/RS, do levantamento bibliográfico e documental e das respostas dos participantes dos questionários.	Apresentar a viabilidade da educação profissional integrada ao Ensino Médio como instrumento de efetividade da gestão pública voltada aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa junto ao Centro de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria/RS.		

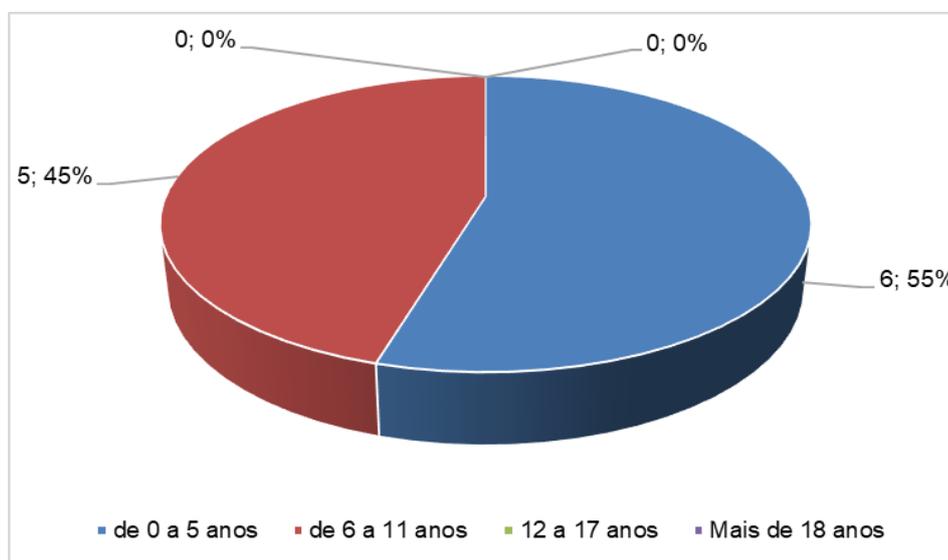
**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Diante do exposto, as fases do estudo tiveram como propósito organizar, de forma coerente e resumida, a apresentação dos objetivos, técnicas e finalidades, visando operacionalizar a análise final do estudo, de modo a apresentar a viabilidade da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio como instrumento de efetividade da gestão pública voltada aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa junto ao Centro de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria/RS.

Os questionários foram aplicados junto aos alunos, professores e gestores da EEEM Humberto de Campos, no período de junho e julho de 2022, nos turnos da manhã, tarde e noite. Organizaram-se os questionários em Alunos, Professores e Gestores. Para a tabulação, elaborou-se uma legenda, sendo que os questionários respondidos pelos alunos receberam a letra A (Aluno) mais um número. Obtiveram-se 20 respondentes alunos, o que corresponde à seguinte tabulação: questionários de A1 até A20. Os questionários respondidos pelos professores foram indicados pela letra P (professor) mais um número. Entre os professores, somaram-se 11 respondentes. A tabulação desses questionários correspondeu à seguinte tabulação: P1 a P11. Em relação ao gestor entrevistado, convencionou-se a letra G, denominando-o G1.

Quando foi perguntado aos professores quanto tempo trabalhavam com a Socioeducação junto à FASE/RS ou ao CASE, obteve-se os seguintes resultados: a maioria trabalha entre 1,5 e 5 anos, contemplando um percentual de 55%; o restante está trabalhando com a Socioeducação entre 6 e 11 anos, perfazendo um percentual de 45%, conforme apresentado na Figura 1.

**Figura 1** – Tempo na socioeducação.



**Fonte:** Elaborada pelos autores.

Este trabalho desenvolveu-se junto à Escola Estadual de Ensino Médio Humberto de Campos, que funciona em anexo ao Centro de Atendimento Socioeducativo Santa Maria

(CASE/SM). São instituições distintas, ambas de nível estadual. Porém, não podem ser vistas isoladamente, devido ao contexto do estudo. O número de alunos varia de 60 a 80 adolescentes, todos do sexo masculino e que estão cumprindo medida socioeducativa com restrição de liberdade.

## **4 Análise e discussão dos resultados**

Aborda-se nesta seção o produto final deste estudo, apresentando caminhos para a construção do Ensino Médio Integrado (EMI) Socioeducativo, ou seja, a viabilidade de uma Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio como instrumento de efetividade da gestão pública, voltado aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

Há muito o que se avançar na construção das condições pedagógicas e políticas, fomentando um novo modelo referência de escola que atenda adolescentes privados de liberdade, principalmente na modalidade de Ensino Médio Integrado. Ressalta-se que há a necessidade de alguns cuidados, para não se perder a originalidade dos projetos e programas em questão. Tanto o EMI quanto o Proeja encontram-se impregnados de uma perspectiva transformadora de educação. Estando voltados à socioeducação, apresentam-se como uma proposta inovadora.

A viabilidade do EMI Socioeducativo como uma política pública atende aos cinco elementos apresentados por Lima e D'Ascenzi (2018), expostos anteriormente. A política pública, em termos de operacionalização, é classificada no nível "Programa". Com relação às arenas e aos impactos para os grupos sociais, o grau de consensualidade é do tipo "Regulatória".

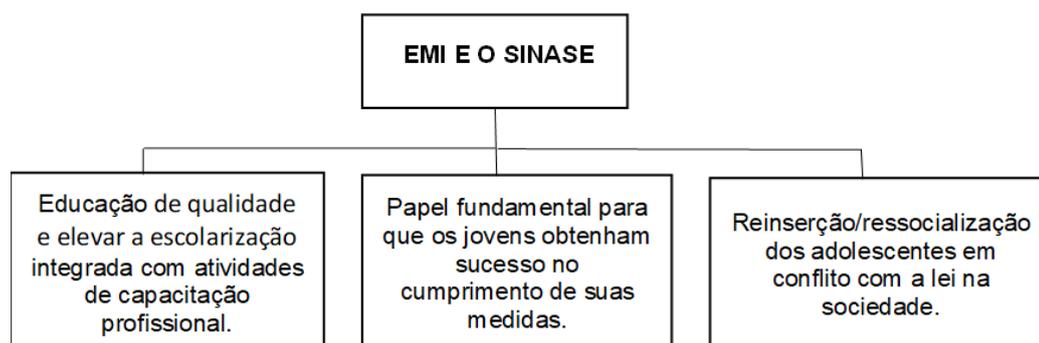
Para tanto, a viabilidade do EMI Socioeducativo para adolescentes privados de liberdade, com base nos estudos de Araújo e Silva (2017), segue o seguinte roteiro com sete etapas: 1) compreensão do EMI e da política do Sinase; 2) formação continuada dos profissionais; 3) garantia de espaços de participação efetiva; 4) investimento na integração de pessoas e de saberes; 5) cultura democrática e gestão democrática; 6) papel dos gestores da educação na construção do EMI da rede; e 7) ampliação e incentivo à participação dos estudantes.

Para a implantação do EMI para adolescentes privados de liberdade junto ao CASE, é necessário compreender a complexidade do contexto, o que exige um repensar do papel da

gestão e da organização curricular, dos tempos e dos espaços da escola, bem como da forma de avaliação e da relação ensino-aprendizagem. Não é apenas uma questão de mudança curricular, mas também uma necessidade de alterações na estrutura da escola e da educação.

A Figura 2 apresenta os principais objetivos do EMI, que são importantes para a gestão compreender o Ensino Médio Integrado à política do Sinase.

**Figura 2** – Objetivos do EMI e da política do Sinase.



**Fonte:** Elaborada pelos autores.

O Sinase foi instituído objetivando estabelecer as diretrizes estaduais e municipais para o atendimento socioeducativo, de modo a garantir os direitos referentes à educação. No Sinase, o Plano Individual de Atendimento (PIA), art. 54, evidencia o atendimento de um plano em que deverá constar a previsão das atividades de integração social e capacitação profissional para os adolescentes.

De acordo com o Sinase, a escola, o Estado e a sociedade possuem um papel fundamental para que os jovens obtenham sucesso no cumprimento de suas medidas, pois, na escola, esses adolescentes sentem-se acolhidos, socializados e responsáveis pela construção de significados no processo de inclusão social.

Pode-se afirmar que é fundamental e necessária uma política consistente e permanente de formação continuada dos profissionais da educação das redes municipal, estadual e federal. Esta deve ser assumida como política pública sistêmica, e não como uma ação isolada, como tem se caracterizado o processo de formação da rede, mesmo havendo avanços pontuais.

A partir do Proeja, EMI e Sinase, e com base nas respostas da pesquisa, a Figura 3, a seguir, apresenta um fluxograma para a formação continuada dos profissionais.

A função pedagógica da socioeducação almeja atingir a totalidade dos aspectos implicados na elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico para o programa voltado aos adolescentes privados de liberdade, e as práticas daí decorrentes.

Lima *et al.* (2019, p. 220) salientam a importância de investir nas instituições socioeducativas, assim como na formação e qualificação dos trabalhadores da socioeducação. Ainda nessa perspectiva, percebe-se a importância de investir mais nas instituições socioeducativas e, especialmente, em seus trabalhadores, para a qualificação do sistema e o desenvolvimento de práticas exitosas, uma vez que são os recursos humanos dessas instituições que fazem a socioeducação acontecer enquanto prática viva. É preciso lembrar que exercer a socioeducação é um desafio, pois não existem prescrições válidas a todos os casos e a todos os contextos, uma vez que considerar a individualidade e a especificidade de cada adolescente, de cada família e de cada comunidade é fundamental para a construção de uma intervenção socialmente comprometida e eticamente válida. Para isso, é importante adotar uma postura de crítica permanente do próprio atendimento socioeducativo, com respeito. (Lima et al., 2019, p. 220).

**Figura 3** – Fluxograma para a formação continuada dos profissionais.



**Fonte:** Elaborada pelos autores.

Faz-se pertinente investir na formação e atualização constante dos profissionais que atuam junto aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio fechado, assim como investir constantemente em infraestrutura.

No âmbito de uma Gestão Pública voltada para o Novo Serviço Público, há a necessidade de garantir espaços para a construção efetiva da proposta pedagógica, assim como proporcionar, aos envolvidos, carga horária suficiente para tal.

A garantia de carga horária aos profissionais envolvidos (educadores, técnicos dos centros de atendimento etc.), visa que estes possam, efetivamente, estar presentes e participativos em todas as reuniões e estudos, sem estarem sobrecarregados em suas atividades regulares. Tendo em vista que as aulas não serão nem podem ser suspensas, é um processo contínuo e de médio a longo prazo. Destaca-se, ainda, a importância da participação efetiva dos gestores públicos e privados, na função de coordenadores da efetividade dos espaços democráticos.

Recomenda-se, para melhor organização e fluidez dos trabalhos, que as reuniões e estudos possuam um lugar específico e definido, a partir de um cronograma pré-definido e amplamente divulgado, pelas redes, em todas as suas instâncias (municipal, estadual e federal), através de seus gestores, para garantir a transparência e publicidade para a sociedade.

Em relação ao cronograma pré-definido, destaca-se que este garante os dias e horários definidos de início e término, objetivando que os envolvidos possam, realmente, estarem presentes e atuantes. Da mesma forma, essas reuniões devem ser devidamente registradas através de atas, sendo estas lidas antes do início da pauta da reunião corrente.

Galgando garantir transparência nas ações realizadas, princípio do Novo Serviço Público, além da participação da sociedade, orienta-se que se organize um meio eletrônico de divulgação. Esse meio de divulgação garantiria o acesso ao que está sendo construído, debatido e resolvido, o que pode ser feito, por exemplo, por meio da divulgação das atas das reuniões.

Para melhor visualização do que se faz necessário para a efetiva garantia de espaços de participação efetiva, ou seja, para que realmente aconteça o movimento de participação efetiva na elaboração do Ensino Médio Integrado Socioeducativo, foi elaborada a Figura 4.

**Figura 4** – Garantia de espaços de participação efetiva.



**Fonte:** Elaborada pelos autores.

Aos profissionais da educação e aos demais membros da comunidade escolar, atuantes no processo de elaboração, acompanhamento e avaliação dos planos de cursos e da proposta político-pedagógica da instituição, deve-se garantir espaços de participação efetiva. A garantia desses espaços visa proporcionar, de forma efetiva, o meio de apropriação dos fundamentos epistemológicos e metodológicos desse projeto inovador.

Tendo em vista a importância da participação dos profissionais, reforça-se o investimento nas condicionantes que visam à integração de pessoas e de saberes, para que o EMI não seja visto como um “amontoado de disciplinas”. Assim, fazem-se necessárias a ampliação e a garantia efetiva do tempo previsto na carga horária docente para planejamento e encontros coletivos, além do estreitamento da relação com a comunidade escolar e o setor produtivo.

Também é necessário promover reuniões de estudos para desenvolver o comprometimento efetivo dos profissionais envolvidos com o processo de construção. Em

relação aos docentes, deve-se garantir uma formação específica para a atuação nas escolas que funcionam junto aos centros de atendimento socioeducativo, tendo em vista melhores resultados e satisfação profissional.

O Ensino Médio Integrado Socioeducativo, assim como o EMI já desenvolvido em outras instituições, estará sujeito à formação de uma cultura democrática, tanto no interior dos centros de atendimento socioeducativo quanto nas escolas vinculadas a estes, assim como nas demais entidades envolvidas no processo (conselho municipal de educação, coordenadorias de educação, institutos federais de educação, dentre outros).

Objetiva-se, com isso, desenvolver relações mais “orgânicas, horizontais e integradas” entre os profissionais envolvidos e a comunidade escolar, além de priorizar o compromisso transparente, democrático e participativo entre os sistemas de ensino em todas as instâncias.

A gestão democrática da educação nas escolas vinculadas aos centros de atendimento socioeducativo, mesmo que prevista em lei, não pode ser vista como uma mera formalidade de indicações para diretores, supervisores e orientadores. Diante do exposto, é necessário transformar e atualizar esse processo e realmente instituir um modelo de eleição democrática e transparente dos gestores dessas escolas. Muitas vezes, o papel da gestão nessas escolas torna-se meramente burocrático.

É de suma importância entender que, além de desenvolverem a liderança organizacional, os gestores da educação são lideranças pedagógicas e políticas. Diz-se pedagógicas porque deveriam ter como uma de suas principais atribuições a articulação e a coordenação do processo de construção do Projeto Político Pedagógico da instituição.

Ainda, os gestores são lideranças políticas porque exercem papel de líderes comunitários, buscando mediar conflitos e construir, de forma coletiva, as transformações necessárias para a construção de uma nova realidade escolar no meio socioeducativo. No processo de construção do EMI Socioeducativo e das redes, é imprescindível refletir sobre o papel dos gestores da educação, pois, na qualidade de gestores educacionais, devem desenvolver um papel de liderança política, pedagógica e organizacional da instituição.

Atualmente, há uma tendência, perante o acréscimo das demandas burocráticas, de os gestores serem tragados pela empreitada administrativa, restando pouco tempo para desenvolver outras funções. Portanto, os gestores tendem a se tornar “gerentes”, angustiados

em promover o controle, a ordem e a execução das normativas, muitas vezes, vindas de fora. Ou seja, a sua função equivale a um papel puramente burocrático.

Os gestores possuem um papel de liderança democrática no processo de construção/elaboração do EMI Socioeducativo e, para tanto, devem desempenhar suas funções sem amarras. Por isso, deve-se garantir uma eleição democrática, para que esses profissionais se sintam encorajados a liderar sua equipe sem subjugações.

Os adolescentes que cumprem medida socioeducativa privados de liberdade possuem características muito peculiares. Se, no processo de desenvolvimento do EMI em outras instituições de ensino, foram necessários a ampliação e o incentivo da participação dos estudantes, na construção e desenvolvimento do EMI Socioeducativo na instituição em estudo, torna-se imprescindível fazer com que a participação desses adolescentes seja motivada e incentivada. Num primeiro momento, pode ser um enorme desafio, mas é de suma importância que essa participação seja promovida.

Uma forma de desenvolver a participação e incentivar o interesse no EMI Socioeducativo pode ser fazendo esses adolescentes se identificarem como sujeitos capazes de interagir no processo de construção de forma efetiva, bem como demonstrar que o EMI Socioeducativo é um caminho árduo a ser perseguido, porém possível. Faz-se necessária a escuta desses adolescentes privados de liberdade, assim como a oferta de espaços para que eles, e suas propostas, sejam ouvidos.

Dessa maneira, o Ensino Médio Integrado Socioeducativo fará da escola um lugar ainda mais privilegiado de socialização e de variadas relações entre os seres humanos, reconhecendo e valorizando os adolescentes como eles são – seres de desejos e sonhos –, e não como deveriam ser. Esse é o caminho para a construção de uma escola mais humanizada.

Nesse sentido, reitera-se a necessidade de elaboração de um Ensino Médio Integrado Socioeducativo que não negue aos adolescentes privados de liberdade o direito à formação geral, mas que os qualifique para o mundo do trabalho.

O Ensino Médio Integrado Socioeducativo ainda é um projeto em construção e deve ser questionado, pensado e aperfeiçoado. Deve, principalmente, fazer parte de rodas de conversa, ser amplamente debatido e construído a muitas mentes, para poder atingir seu objetivo maior, que é o de realmente transformar a vida e a realidade dos adolescentes.

Para esse projeto de EMI Socioeducativo ser transformador de vidas e da realidade dos adolescentes, os fundamentos têm de estar alicerçados em valores sociais que reiterem a importância da transformação da sociedade, tornando-a mais justa e democrática.

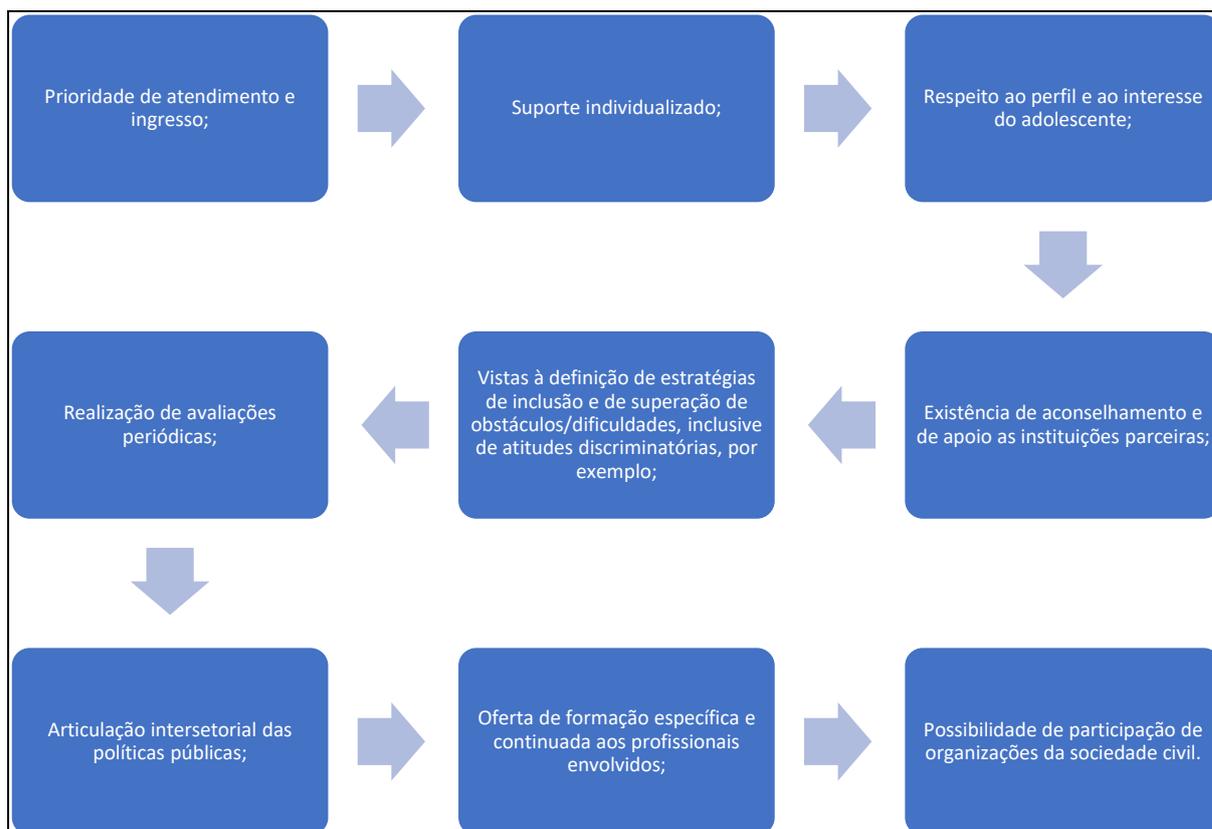
O EMI Socioeducativo será voltado aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa, os quais, geralmente, são aqueles que não possuem condições de autossustentabilidade e apresentam vínculo familiar fragilizado, ou seja, encontram-se em condições de vulnerabilidade social.

Visualiza-se, assim, uma forma de transportar os adolescentes do meio de violência e desamparo no qual estavam inseridos, para um meio onde haja novas oportunidades de vida, longe da violência, efetivando a sua inclusão social. A proposta de construção do EMI Socioeducativo contribuiria para que, de forma efetiva, fosse promovida a proteção integral e a inclusão social dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

No processo de reflexão sobre o EMI Socioeducativo e para que este promova a inclusão social, foram traçadas algumas diretrizes, com base nos questionários, a saber a) prioridade de atendimento e ingresso; b) suporte individualizado; c) respeito ao perfil e ao interesse do adolescente; d) existência de aconselhamento e de apoio às instituições parceiras; e) vistas à definição de estratégias de inclusão e de superação de obstáculos e dificuldades, inclusive de atitudes discriminatórias, por exemplo; f) realização de avaliações periódicas; g) articulação intersetorial das políticas públicas; h) oferta de formação específica e continuada aos profissionais envolvidos; e i) possibilidade de participação de organizações da sociedade civil.

Para melhor visualização, essas diretrizes são apresentadas na Figura 5.

**Figura 5 – Diretrizes do EMI Socioeducativo.**



**Fonte:** Elaborada pelos autores.

Recomenda-se que essas diretrizes sejam seguidas para a construção do EMI Socioeducativo.

## 5 Considerações Finais

Considera-se, ao término desta pesquisa, a apresentação da viabilidade da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio como instrumento de efetividade da gestão pública voltada aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa junto ao Centro de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria/RS.

Entende-se, a partir do estudo do ECA, do Sinase e dos procedimentos metodológicos desenvolvidos, que os adolescentes e alunos que cumprem medida socioeducativa estão submetidos a outros apelos, tendo outros valores, diferentes dos adultos. Esses valores exigem muito mais do professor, da escola e da sociedade. A educação, assim como a docência

socioeducativa junto à FASE/CASE, deve ser entendida e assumida como uma prática reflexiva e complexa.

No desenvolvimento desta pesquisa, pôde-se identificar o quanto uma estrutura com redes de apoio visando à implantação do EMI Socioeducativo se faz importante e necessária. Partindo do fundamento do sistema pedagógico de Freire (1980), na relação homem-realidade, em que o homem, ao transformar essa realidade, resente em si os efeitos dessa transformação, é que se propõe, como meio concretizador da proteção integral, a possibilidade de se desenvolver um sistema educacional próprio para adolescentes que cumprem medida socioeducativa junto aos CASEs da FASE/RS, como meio de impulsionar a educação e a atividade crítica e interativa por parte da sociedade e dos adolescentes internos.

Numa análise sobre a questão da docência, Arroyo (1995) argumenta sobre a importância que os professores dão, em suas mobilizações, às condições de trabalho, aos contextos e às contingências dos meios com que desenvolvem suas práticas pedagógicas. O autor chama a atenção para os modos como estes desenvolvem sua docência. A educação é importante e tem uma grande influência na vida dos adolescentes. Portanto, devem-se instrumentalizar práticas condizentes com a atual realidade também a eles, para que sejam capazes de extrair ensinamentos positivos e estejam capacitados para o trabalho ao término do cumprimento de sua medida socioeducativa.

Dessa forma, observa-se a necessidade de desenvolvimento de uma gestão voltada ao Novo Serviço Público, com políticas públicas que visem contribuir para a proteção integral do adolescente privado de liberdade que cumpre medida socioeducativa junto aos centros de atendimento, com uma construção democrática e atendendo aos interesses desse público.

De acordo com o art. 227 da CF e o art. 4º do ECA, constitui-se dever de todos a concretização dos direitos da criança e do adolescente, ou seja, a efetivação da proteção integral é dever da família, da sociedade e do Estado. Assim, os adolescentes que estão cumprindo medida socioeducativa possuem o direito assegurado a uma educação de qualidade, à cultura, à saúde e à profissionalização.

No art. 2º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), encontra-se o embasamento de que se necessita, pois está explícito que a educação é dever da família e do Estado e que deve se preocupar com o pleno desenvolvimento do aluno, bem como com a sua preparação para o trabalho.

Destarte, necessita-se, pois, rever o sistema que está instituído, buscando uma maior participação dos entes responsáveis pela proteção integral, o que justifica a inserção de medidas que implementem e que promovam o desenvolvimento da educação – medidas que sejam capazes de contribuir para a ressocialização, reinserção e permanência dos adolescentes na sociedade, sem o cometimento de novos atos infracionais.

O papel do educador que atua com os adolescentes que cumprem medida socioeducativa é importante, pois esses jovens trazem consigo um histórico escolar, quando existente, permeado por inúmeros problemas, tanto no campo cognitivo como no campo social, econômico e, sobretudo, emocional. Há, pois, a necessidade de uma formação diferenciada, contínua e permanente para os profissionais que trabalham com esses adolescentes, além de medidas específicas que promovam políticas para esses grupos.

É grande o número de adolescentes que não concluíram o Ensino Fundamental e Médio e que estão em cumprimento de medidas socioeducativas. São adolescentes, muitas vezes, marginalizados e excluídos devido à ausência dessas etapas de escolarização.

Para aproximar esses jovens da escola, além dos programas já existentes, é fundamental que as suas diferenças sejam respeitadas e que eles sejam qualificados para o mundo do trabalho, o que justifica tal inserção também no campo das medidas socioeducativas. Portanto, fazem-se urgentes, no momento, proposições para adolescentes, com viabilidade de aplicação antológica.

Esta pesquisa também trouxe para o debate o ensino no Proeja, assim como apresentou a viabilidade da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio como instrumento de efetividade da gestão pública voltada ao CASE/SM.

O produto viabilizado nesta pesquisa buscou fomentar o EMI Socioeducativo para adolescentes privados de liberdade, com base nos estudos de Araújo e Silva (2017), que têm como roteiro sete etapas: 1) compreensão do EMI e da política do Sinase; 2) formação continuada dos profissionais; 3) garantia de espaços de participação efetiva; 4) investimento na integração de pessoas e de saberes; 5) cultura democrática e gestão democrática; 6) papel dos gestores da educação na construção do EMI da rede; e 7) ampliação e incentivo à participação dos estudantes.

Muito embora não tenham sido aprofundadas, destaca-se que este estudo proporcionou a abertura de reflexões sobre outras temáticas que poderão ser pesquisadas em outras

investigações, tais como: interdisciplinaridade, projetos integradores, formação de professores para atuar no EMI Socioeducativo, estratégias de ensino específicas ao EMI Socioeducativo, impacto na formação dos estudantes a partir de suas percepções, entre outros.

Entre as limitações encontradas nesta pesquisa, destaca-se a necessidade proeminente de um debate que abarque diferentes representantes de entidades envolvidas na construção de um EMI Socioeducativo, bem como a falta de participação dos gestores na denotando falta de interesse. Há necessidade de profissionais da educação com formação específica e com acesso à formação e aperfeiçoamento.

Considera-se, ao término desta pesquisa, que a proposta de EMI Socioeducativo, apesar de ser necessária, não deve ser elaborada por uma entidade ou instituição de ensino apenas, mas sim por um conjunto de várias entidades, envolvendo seus diversos profissionais, num debate efetivo, democrático e constante.

Igualmente, recomenda-se que outros trabalhos sejam desenvolvidos abordando essa temática e buscando promover e desenvolver o EMI Socioeducativo, além do desenvolvimento de projetos político pedagógicos que propiciem efetivamente a escolarização e profissionalização dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa.

É importante destacar que não se considera que este trabalho fornece todos os elementos para o desenvolvimento do EMI Socioeducativo, mas sim alguns aspectos sobre o tema, instigando o debate e diálogo e a construção, em conjunto, dessa política pública educacional. Convém ressaltar que a efetivação do EMI Socioeducativo promoveria uma política pública educacional que efetivamente buscaria incluir o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa na sociedade e permitiria a sua permanência nesta.

## Referências

ANJOS, N. B. Uma análise inicial contrastiva da educação profissional no Brasil e em Portugal. *In*: SCHIELFELBEIN, L. R.; BIEGING, P.; BUSARELLO, R. I. (org.). **Educação 2.0: desafios e conquistas**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. p. 16-31. Coleção Aspectos da Educação, 2.

ARAÚJO, A. C.; SILVA, C. N. N.(org.). **Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília: Ed. do IFB, 2017.

ARROYO, M. G. Educação e exclusão da cidadania. *In*: BUFFA, E. *et al.* **Educação e cidadania**. Quem educa o cidadão? 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, n. 191-A, 5 out. 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estabelece sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 1990.

CERQUEIRA, D. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2017.

CHAER, G.; DINIZ, R. R. P.; RIBEIRO, E. A. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Evidência**, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011.

CHAGAS, A. T. R. O questionário na pesquisa científica. **Administração On Line**, São Paulo, v. 1, n. 1, jan./mar. 2000.

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO HUMBERTO DE CAMPOS. **Projeto Político Pedagógico**. Santa Maria, RS, 2018.

FERNANDES, K. M. S. Racionalidade substantiva no serviço público: o papel do Gestor Público Cidadão. In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. 2016. **Anais [...]**. Porto Alegre-RS, 2016. Disponível em: <https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/view/102>. Acesso em: 20 jan. 2022.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LIMA, A. L. D. *et al.* O conhecimento científico acerca do sistema socioeducativo brasileiro: lacunas e transbordamentos a se pensar na proteção integral do adolescente. **Rev. Bras. de Iniciação Científica (RBIC)**, Itapetininga, v. 6, n. 6, p. 209-223, 2019.

LIMA, L. L.; D'ASCENZI, L. **Políticas públicas, gestão urbana e desenvolvimento local**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. Coleção Metamorfose Acadêmica.

LÜCK, H. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. Série Cadernos de Gestão.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução e análise**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994. v. 2.

MORETTO NETO, L.; SALM, V. M.; BURIGO, V. A coprodução dos serviços públicos: modelos e modos de gestão. **Revista de Ciências da Administração**, v. 16, n. 39, p. 164-178, ago. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8077.2014v16n39p164>. Acesso em: 18 fev. 2022.

MOURA, D. H. **Proeja e a necessidade de formação de professores**. PROEJA: financiamento e formação de professores. EJA: Formação Técnica Integrada ao Ensino Médio. Salto para o Futuro. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006. Boletim 16.

PARASURAMAN, A.; BERRY, L. L.; ZEITHAML, V. A. Understanding Customer Expectations of Service. **Sloan Management Review**, v. 32, n. 3, p. 39-48, Spring 1991.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, M. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará nos dias 8 e 9 de maio de 2008. Disponível em [http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao\\_do\\_ensino\\_medio\\_integrado5.pdf](http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf). Acesso em: 15 dez. 2021.

SANTOS, E. D. B. S. **“Assentados sobre os ombros de gigantes”**: juventude, ecossistema de empreendedorismo, e entrepreneuring em empresas criadas por jovens. 2019. 100 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2019.

SANTOS, S. V.; SILVA, J. M.; NORO, M. M. C. Educação profissional integrada à educação de jovens e adultos Proeja: inéditos viáveis da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. In: PAIVA, J. (comp.). **Aprendizados ao longo da vida**: sujeitos, políticas e processos educativos [online]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019. p. 67-77. DOI: <https://doi.org/10.7476/9786599036491.0004>. Acesso em: 15 abr. 2020.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

ZAPPE, J.; RAMOS, N. V. Perfil de adolescentes privados de liberdade em Santa Maria/RS. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 365-373, 2010.

Enviado em: 21/06/2023

Revisado em: 25/11/2023

Aprovado em: 01/12/2023